

POLÍTICA OPERÁRIA E AS DIVERGÊNCIAS SINO-SOVIÉTICAS

RESTABELECER

OS ENSINAMENTOS DE MARX E LÊNIN

As divergências sino-soviéticas representam, sem dúvida, o choque mais sério e de maior alcance que o movimento comunista mundial sofreu nos últimos anos. Provocadas por um conflito entre dois países socialistas, as discussões penetraram rapidamente no terreno ideológico, levantando o problema da interpretação do marxismo-leninismo nas lutas de classe em escala global.

As críticas levantadas pelos companheiros chineses à estratégia e à tática do movimento comunista mundial tiveram bastante repercussão para penetrar nas bases dos Peças nos cinco continentes e iniciaram um debate que promete tornar-se um balanço de uma experiência de luta de quase meio século, iniciado pela Revolução Russa, ultrapassando, desse modo, às prováveis intenções dos seus autores.

Por isso mesmo não podemos esquivar-nos, como comunistas brasileiros, de tomar posição. O que está em jogo é também a estratégia e a tática do movimento revolucionário no país e o futuro da revolução socialista brasileira.

Dissemos que foram contradições entre países socialistas que deram início aos debates. Foram essas que levaram as discussões ao campo teórico e que obrigaram os comunistas chineses a torná-las públicas.

O ponto capital nos debates é, sem dúvida, a interpretação soviética da política da "coexistência pacífica". Nos documentos oficiais chegados a nós, os comunistas chineses não rejeitam a "coexistência pacífica" como tal. Eles a admitem nas relações entre países ou grupos de países com sistema sociais diferentes, como uma "política de paz", destinada a evitar ou adiar uma nova guerra. Suas objeções são a que a coexistência pacífica seja aplicada: 1º — entre nações opressoras e oprimidas; 2º — nas relações entre classes antagônicas da mesma nação.

Em outras palavras, os companheiros chineses afirmam que a coexistência pacífica não pode prejudicar a luta dos povos coloniais, semicoloniais ou subdesenvolvidos contra o imperialismo e, segundo, que não pode prejudicar a luta do proletariado dos países capitalistas pela revolução e pela destruição da sociedade exploradora. É nesse ponto e em nenhum outro secundário (se é lícito chamar o imperialismo de "tigre de papel" ou se uma análise correta requer assinalar que o tigre tem "dentes nucleares") que vemos o problema fundamental e é justamente nesta questão decisiva para o futuro do comunismo mundial que os companheiros chineses contarão com o apoio de todos os verdadeiros leninistas.

Os documentos chineses apresentam uma vasta argumentação teórica, que hoje está bastante divulgada. Mas eles se apoiam também em experiências recentes e vivas, uma das quais merece especial atenção. Nós todos ainda nos lembramos do afamado "Espírito do Campo David", de vida curta. Quando, em consequência do equilíbrio das forças militares dos dois campos, Kruchev, durante a sua visita aos Estados Unidos, conseguiu de Eisenhower uma declaração conjunta de profissão de fé pacifista, esse gesto diplomático foi tomado como ponto de partida para uma linha política. Eisenhower, por ocasião das suas viagens em redor do mundo, foi saudado em nome do "Espírito do Campo David" não só por dirigentes dos Peças francês e italiano, mas igualmente por latino-americanos, que se recusaram a hostilizar o expoente máximo do poderio imperialista norte-americano de então, que se dirigiam a ele em termos de "coexistência" e de "paz". Mais tarde, quando o "Espírito" se desfez sob o impacto de um foguete antiaéreo, derrubando um avião norte-americano sobre território soviético, se falou de boca pequena, nas direções dos partidos, sobre erros cometidos em relação a Eisenhower. Mas poderá ser considerado simples "erro" um comportamento das direções dos maiores Peças da Europa e da América Latina, que não é isolado, não é casual, mas que já é um sistema consagrado? Afinal, antes do "Espírito de Campo David" tivemos já o "Espírito de Ialta e Teerã" e quem nos garante que os acordos nucleares de Moscou não produzam espíritos semelhantes?

Que não se trata de "erros" isolados, mas sim de uma prática reformista sistematizada que domina hoje a liderança da maioria dos partidos comunistas, sobre isso os companheiros chineses não deixam dúvidas. Esse reformismo se torna mais nítido ainda quando passamos para a segunda parte da sua crítica: a aplicação da coexistência pacífica nas relações de classe.

A "coexistência pacífica" aplicada nas relações internas encontra o seu prolongamento no desenrolar

pacífico das lutas de classe, na luta pacífica por certas reformas e na vitória pacífica do socialismo. Na prática, toda reforma da sociedade burguesa é vista como um passo no caminho em direção ao socialismo. A conquista de posições (preferencialmente governamentais) é justificada pela necessidade de apoiar e colaborar com correntes burguesas "progressistas" contra as mais reacionárias. Para não assustar os aliados burgueses, são suprimidos os aspectos revolucionários e os objetivos socialistas da luta da classe operária e dos comunistas e evitado todo ataque direto contra a sociedade burguesa como tal.

É claro que semelhante política só pode ser seguida mediante renúncia a uma educação revolucionária das massas e isso significa a propagação de ilusões sobre o caráter de classe da sociedade e do mundo em que vivemos. Começa-se a espalhar ilusões sobre a possibilidade de combater o imperialismo e a ameaça de guerra sem luta revolucionária contra o sistema capitalista. Acaba-se espalhando ilusões sobre o caráter do imperialismo, aumentando, de um lado, o seu poderio e sua estabilidade perante as massas, e assegurando, de outro lado, que a paz poderá ser mantida mediante acordos internacionais que os imperialistas assinam. Tanto no cenário interno, como em escala internacional, as massas estão sendo, desse modo, desarmadas pacificamente para a fase decisiva da luta.

Os companheiros chineses definem essas atitudes como uma política social-democrática, que está sendo executada em escala mundial em nome de um movimento comunista. Também nesse ponto só podemos concordar com eles. O que caracteriza a política social-democrática, após a cisão de 1914, é a total renúncia à luta contra a sociedade burguesa. O que cindiu o movimento operário em comunistas e social-democratas é justamente o problema da tomada do poder. Os social-democratas limitavam a sua luta a melhorias da situação da classe operária dentro da sociedade burguesa, lutavam para tomar conta do Estado burguês, prometendo chegar desse modo, gradativa e pacificamente, ao socialismo. Os comunistas que, ao contrário, se organizavam para reviver o conteúdo revolucionário do movimento e que, conforme as palavras de Lênin, para isso tinham de "restabelecer, antes de tudo, a doutrina de Marx sobre o Estado", partiram da experiência já formulada de que a luta pelo socialismo pressupõe a destruição do Estado burguês e a implantação de um Estado Operário e Camponês, sob a forma da ditadura do proletariado. A conquista do poder pelo proletariado só podia ser produto de uma revolução e não de reformas graduais. A luta pelas reformas só tinha sentido para os comunistas na medida em que mobilizasse as massas em torno de objetivos próprios e opostos aos das classes dominantes, despertasse a confiança nas suas próprias forças, lhes desse consciência de classe e as preparasse para a batalha final. Revoluções - salientava Lênin nas suas polémicas contra os reformistas da Segunda Internacional — somente em casos excepcionais se podiam dar como atos pacíficos. Os, comunistas, todavia, não podiam basear sua estratégia em casos de exceção, mas tinham de educar e armar as massas para enfrentar a violência que as classes dominantes usavam na história para defender os seus privilégios.

Tudo isso os companheiros chineses também dizem nos seus documentos. Do mesmo modo como Lênin tinha de "desenterrar" a doutrina de Marx, em 1917, para restabelecer o conteúdo revolucionário do movimento operário, os chineses "desenterram" hoje os ensinamentos de Lênin, abandonados pela liderança do movimento comunista internacional e ignorados por milhões de comunistas educados na fase "pacífica".

Uma coisa, porém, os companheiros chineses não explicam: como pôde acontecer que todo um movimento comunista, fundado em oposição ao reformismo social-democrático, chegasse ao ponto de hoje defender na prática as mesmas posições reformistas e social-democráticas?

É essa uma pergunta que se impõe. Não somente para nós, que já sentimos as consequências da situação existente e estamos empenhados na formação de um novo partido revolucionário, como também para aqueles companheiros que ainda empregam as suas energias em tentativas de reformar o Partido Oficial, porque acham que as divergências têm de ser resolvidas dentro deste partido.

Pequim não responde ainda a essa pergunta. Começando a elaborar pouco a pouco as suas posições, em documentos sucessivos, os chineses estão longe ainda de terem dito a sua palavra definitiva. As definições se estão dando na medida em que se desenvolvem os debates, que ainda estão no início. Mas é justamente para esses debates que nos devemos preparar.

É voz corrente — e não somente em escala nacional — que o atual reformismo não é mais que um produto da nova orientação de Kruschév. "Nos tempos de Stalin as coisas não eram assim...", ouve-se de boca pequena até entre os altos funcionários do Partido.

Trata-se, evidentemente, de uma explicação mais do que simplória. Nos tempos de Stalin, discussões em torno dos problemas fundamentais do comunismo, como se estão dando agora, eram

desconhecidos. Os críticos foram taxados de "traidores", "agentes nazistas", "trotskistas", etc., e toda derrota sofrida pôde, desse modo, ser transformada monoliticamente em vitória a longo prazo.

Foi justamente na época de Stalin que se inaugurou no movimento comunista a política de colaboração de classes. Foi justamente nos tempos áureos de Stalin, na crise revolucionária do pós-guerra na Europa, que os dois maiores partidos comunistas do Ocidente, o francês e o italiano, desempenharam o mesmo papel que os social-democratas tinham representado em 1918. Em vez de liderar as massas para a revolução, eles a sufocaram. Líderes comunistas entraram em governos burgueses (geralmente como ministros do Trabalho), ajudaram a reconstituir sua economia em decomposição — e foram chutados depois de terem prestado seus serviços como pacificadores de massas radicais. Foi justamente a incapacidade dos comunistas, sob liderança de Stalin, de dar ao capitalismo europeu o golpe de misericórdia (os chineses fizeram sua revolução contra a vontade de Stalin), que provocou a atual crise no movimento comunista mundial. Coube a Krushev herdar esta crise, assim como herdara a política de "coexistência pacífica" inaugurada por Stalin.

O fato de localizarmos a origem do reformismo numa época mais remota — o fracasso de 1945 pressupõe naturalmente que tenha havido uma prática reformista anterior — também ainda não responde à pergunta das causas do reformismo no movimento comunista, mas nos aproxima do problema. Não podemos neste lugar entrar numa análise do fenômeno Stalin em si. Só queremos deixar claro que não pretendemos, tampouco, fazer de Stalin uma espécie de bode expiatório para os males que afligiram o movimento comunista nas últimas décadas, como boje está sendo usado. O que nos interessa nesta discussão são determinados aspectos da política stalinista em relação ao movimento internacional. Em segundo lugar, queremos enfrentar o problema de um ângulo para nós já histórico, isto é, como parte de uma geração que tem de continuar a luta à base de condições já encontradas, tomando-as como ponto de partida.

Fato é que as mudanças qualitativas do movimento comunista internacional se deram na fase stalinista, isto é, na fase em que a Internacional é, posteriormente, os Peças, submetidos a uma rígida centralização política de Moscou, subordinaram sua atuação às necessidades da política externa da União Soviética. Esse processo não se deu sem profundas e prolongadas lutas internas no movimento comunista.

Foi possibilitado pela pouca experiência e a estreita dependência dos Peças do mundo inteiro — quase todos eles formados depois da revolução russa — que estavam atrelados a Moscou. Arrastados primeiro às lutas internas no partido soviético, onde as duas correntes principais, Stalin e Trotsky, procuraram usar os partidos estrangeiros para seus fins faccionais, eles saíram da batalha com lideranças fiéis à facção vencedora no partido soviético. De outro lado, o aventureirismo e o sectarismo dos primeiros anos de pós-guerra, as doenças infantis do jovem movimento comunista tinham impedido a sua penetração na classe operária dos países industriais. Com a estabilização relativa do capitalismo europeu, o isolamento da revolução russa e a ameaça fascista, perderam-se as perspectivas revolucionárias a curto prazo na Europa. Moscou tirou dessa situação a conclusão de que os partidos comunistas, que se haviam mostrado incapazes de aliviar a situação do proletariado russo mediante a revolução no ocidente, tinham agora de renunciar à sua estratégia, tática e linguagem revolucionária, numa tentativa diferente para aliviar a situação da União Soviética dentro do mundo capitalista. A tarefa principal que eles receberam foi fazer alianças para apoiar governos que pudessem vir a ser aliados da União Soviética numa provável guerra contra a Alemanha nazista. Iniciou-se a política de colaboração de classe, conhecida sob o nome de Frente Popular.

Não se pode afirmar certamente que essa primeira experiência reformista tenha sido bem sucedida. A revolução espanhola foi sacrificada. O partido francês se mostrou incapaz de assegurar o funcionamento do tratado franco-soviético, assinado por Laval. O movimento operário francês, que atingira seu auge em 1936, três anos mais tarde não estava mais em condições de sustentar uma greve geral. Na véspera da guerra, os comunistas europeus enfrentaram a sua crise mais dura. A situação mudou somente quando o Exército Vermelho alterou o destino da guerra, despertando novamente o espírito revolucionário das massas proletárias europeias ocidentais. Mas nesse momento os seus partidos comunistas não tinham mais uma liderança marxista-leninista.

Da parte dos líderes soviéticos, a revolução socialista europeia foi substituída pela política de "coexistência pacífica", — em moldes como os chineses a criticam hoje — na qual a diplomacia soviética reconhecia a existência de zonas de influências. Bastaria isso para explicar o fracasso da política externa de Stalin, que deixou para a União Soviética e para todo o campo socialista uma Europa burguesa reerguida e remilitarizada, sob liderança germano-americana.

A fase do monolitismo stalinista passou. Hoje já se discute se diverge e se está procurando uma saída para a crise. Sinal são as divergências sino-soviéticas.

A superação da crise passa pela fase da chamada desestalinização. A desestalinização começou

cronologicamente, com a rebelião do Partido Comunista Iugoslavo, atingiu o auge na própria União Soviética e teve as suas repercussões nas Democracias Populares europeias. Ela encontra hoje uma continuação necessária nas críticas chinesas que, sem mencionar Stalin, estão demolindo toda uma estratégia e tática reformista criadas no passado em escala mundial. Os diversos componentes, que contribuíram e que continuam a contribuir ativamente para esse processo de desestalinização, não agem no mesmo nível, nem estão de acordo entre si a respeito do papel que estão desempenhando. O processo de desestalinização não consiste numa atuação consciente e uniforme de todo o campo comunista no sentido de um retorno do movimento às bases leninistas (mesmo se houvesse esta atitude subjetiva, perdurariam ainda as divergências a respeito da aplicação do leninismo às condições de hoje). Entre as facções que contribuem ativamente para superar a herança stalinista, a situação é determinada por motivos materiais e pela sua posição objetiva.

Os iugoslavos, por exemplo, que viam ameaçada a sua revolução pela imposição de estreitos padrões soviéticos, iniciaram a redemocratização com a cogestão operária nas fábricas. Na política externa, todavia, escolheram o caminho mais oportunista, procurando explorar o antagonismo entre os dois campos mundiais, socialista e capitalista, mesmo quando as portas já estavam abertas para uma volta à comunidade socialista. Esse oportunismo na política externa se reflete igualmente na sua atitude em relação à luta de classe em escala mundial, onde defendem as posições mais direitistas.

Na própria União Soviética, a desestalinização se impôs pela necessidade de superar os pontos de estrangulamento da economia socialista na cidade e no campo, criados pelo domínio de uma burocracia superada. Na União Soviética, desestalinização é sinônimo de desburocratização, um processo mais lento, no qual os poderes e os privilégios da burocracia estão sendo eliminados gradativamente. Essa evolução, que é acompanhada de lutas internas e que se manifesta frequentemente sob a forma de um conflito de gerações, não atingiu ainda, visivelmente, o campo das relações externas, tanto com o mundo capitalista, como com o movimento revolucionário do mundo exterior.

Na China, ao contrário, foi justamente o problema das relações externas que deu origem à sua contribuição para a desestalinização. Partindo de uma posição objetiva completamente diferente da europeia e enfrentando problemas diferentes, os revolucionários chineses, em troca, têm mostrado pouca compreensão para com os aspectos da desestalinização europeia, principalmente em relação às questões da necessidade do levantamento do nível de vida nos países socialistas ocidentais e da sua redemocratização interna. Mas isso não impediu que eles tomassem a iniciativa para um dos aspectos mais importantes para nós do processo geral: o do restabelecimento do marxismo-leninismo nas lutas de classe em escala mundial.

Para o mundo burguês esse fenômeno é incompreensível: trata-se de simples desintegração do campo comunista. Não pode simplesmente compreender (tampouco como certos "comunistas"), que é essa luta interna que rejuvenesce, reforça e revitaliza o comunismo mundial e que essa luta se tornou simplesmente indispensável para que o proletariado possa enfrentar a batalha final contra o capitalismo.

Nós, comunistas, temos de ter consciência de que, como movimento vivo, como um fenômeno social e histórico, o nosso crescimento e desenvolvimento está submetido às mesmas leis dialéticas que regem a sociedade inteira.

O movimento comunista, tal como foi fundado pela geração de Lênin, tomou pé em consequência da primeira revolução proletária vitoriosa. Com isso fincou-se um marco na história humana: o socialismo, pela primeira vez, transformou-se de ciência em ação. Com isso encerrou-se também, definitivamente, toda uma fase do movimento socialista, tal como as primeiras gerações de marxistas o tinham ajudado a criar e que se caracterizava pela sua atuação principalmente educativa, propagandística e organizativa no seio de um proletariado que ainda não podia colocar a questão do poder. De outro lado, esse marxismo pré-leninista se limitava virtualmente à Europa, com fracas repercussões no resto do mundo.

Os leninistas levantaram a bandeira da Revolução Socialista Mundial. Isso, nas condições dadas, era uma afirmação histórica. Era inevitável que o país, que realizava a primeira revolução vitoriosa (socialista), tomasse a liderança desse novo movimento revolucionário. Mas poucos anos depois se tornou evidente que a revolução não ultrapassaria nem as fronteiras da velha Rússia Tzarista. O proletariado dos países industriais não estava pronto ainda para responder aos apelos que vinham do Oriente da Europa, e as vanguardas comunistas ocidentais refletiam essa situação pela sua fraqueza numérica e sua inexperiência.

Incapazes ainda de preencher no seio do proletariado o mesmo papel de liderança que os bolcheviques desempenharam na Rússia, começaram a ceder à tentação de querer imitar a sua tática e terminologia, em vez de procurar aplicar o marxismo-leninismo às condições locais específicas.

De outro lado, o fato de se ter a revolução iniciado, no país mais atrasado da Europa naquela época — subdesenvolvido, diríamos hoje — enfraqueceu desde o início as bases materiais da revolução mundial. A revolução russa e o movimento comunista internacional estavam em dependência mútua. Se na primeira fase o isolamento da República Soviética fez com que se encorajassem todas as tentativas de levar a revolução para o Ocidente, para aliviar a situação do proletariado russo, os fracassos dessas tentativas tinham forçosamente de provocar uma reação. Ela veio na medida em que a União Soviética, em vez de enfrentar um mundo capitalista unido, pôde começar a aproveitar-se das contradições interimperialistas, procurando alianças com uma parte do imperialismo contra a outra.

Essa reação às fraquezas da primeira fase da revolução mundial, que do ponto de vista dialético corresponde a uma negação, se deu sob a forma do stalinismo. É nessa fase que verificamos o "socialismo num só país" se opondo às necessidades da revolução mundial; o apoio à "burguesia progressista" em países imperialistas, em vez de luta de classes; alianças com países imperialistas, em vez de guerras revolucionárias e, finalmente, o avanço do Exército Vermelho como substituto às revoluções proletárias.

A reação a esse período também já está evidente. Trata-se da negação da negação; da volta ao leninismo num nível mais alto, do prosseguimento da revolução mundial apoiada em bases materiais muito superiores.

Essa superação do stalinismo, a reconquista da unidade do movimento comunista mundial em bases revolucionárias, que atualmente presenciamos e na qual tomamos parte ativa, é possível materialmente porque:

- durante a fase do stalinismo a União Soviética se tornou a segunda potência do mundo, capaz de enfrentar militarmente o atual gendarme do mundo capitalista, os Estados Unidos;
- a segunda guerra mundial criou um campo socialista, que alterou profundamente as relações de forças, principalmente com a revolução chinesa;
- os ensinamentos do marxismo-leninismo tiveram uma divulgação tão vasta,, que os antigos monopólios revolucionários foram removidos, como mostra a revolução cubana, que teve uma contribuição própria a dar.

O fator material mais importante para a futura unidade revolucionária do movimento comunista está nas relações mundiais de forças. Hoje, a União Soviética não pode mais orientar sua política externa pelas contradições interimperialistas numa futura guerra. A contradição fundamental, que domina em última instância as relações internacionais, é entre socialismo e imperialismo. A integração defensiva do imperialismo é um fato comprovado em todos os momentos de crescimento de tensão. Em todas as crises mundiais os "fronts" já estão delineados: OTAN contra o Campo Socialista.

Se houver uma guerra, a vitória do socialismo só se imporá mediante a derrota militar de todos os países imperialistas. E só se evitará essa guerra se a revolução mundial continuar a expandir-se e se se modificarem as condições de tal modo que qualquer resistência do antigo regime não passe de mero suicídio.

Essa perspectiva pode parecer distante. Por enquanto, os dirigentes da União Soviética se orientam no sentido de um entendimento com os Estados Unidos e um apaziguamento do imperialismo. Essas tentativas são acompanhadas por outras de aproximação com burguesias de países menores, que nas horas de desaforo costumam revelar conflitos com os Estados Unidos. Para isso, os partidos comunistas, que se prestam a essa política, estão sendo usados nos termos da "coexistência". O fracasso de toda essa política se tornará evidente logo que as fases de desaforo derem lugar a um novo agravamento das relações internacionais. E virá o dia em que os dois mundos se enfrentarão face a face. A tarefa dos comunistas é preparar o proletariado antes que chegue esse momento decisivo.

Qual é o nosso papel como POLÍTICA OPERÁRIA nas divergências do movimento comunista internacional, do qual fazemos parte?

Em primeiro lugar, devemos empenhar-nos conscientemente na luta pela unidade do movimento comunista em bases revolucionárias, tanto em escala nacional como internacional.

Nacionalmente, já estamos empenhados pela nossa luta em prol de um partido revolucionário do proletariado brasileiro, com bases marxista-leninistas. No cenário internacional, nós nos faremos sentir na medida em que esse partido tomar corpo. Pela importância política que o país tem hoje para o movimento revolucionário, podemos ter certeza que um tal partido terá repercussão internacional. Mas para que o proletariado brasileiro possa influir, diretamente, na frente comunista mundial, terá de participar de uma coordenação das forças latino-americanas. É na América Latina que se encontra hoje um dos campos mais férteis, do marxismo-leninismo, onde florescem mais grupos revolucionários. Do Chile até à República Dominicana, a discussão entre revolucionários e reformistas

está em pleno curso. Finalmente, sempre devemos ter em mente que a revolução cubana não foi somente o acontecimento que sacudiu o continente e iniciou, nesta parte do mundo, a luta pelo socialismo em novas bases; ela é também a revolução que usa a linguagem melhor compreendida pelas massas exploradas do continente.

Em segundo lugar, devemos ter consciência de que a maior contribuição que o proletariado brasileiro pode dar é a revolução socialista. É essa que deve ser a meta declarada e aberta do novo partido revolucionário, meta que não deve ser abandonada em nenhum momento da luta. É sob essa bandeira que se organizará a classe operária do país, se despertará a sua consciência e se a levará à luta final. Esse objetivo só poderá ser alcançado em oposição à presente política externa soviética, que se faz sentir nas lutas de classe, mediante a atuação do PCB.

Se falamos em oposição à política externa soviética não nos referimos às tentativas de entendimentos diplomáticos, que visam a evitar ou adiar uma guerra mundial, como por exemplo, os recentes acordos de cessação dos testes nucleares de Moscou. Nós nos opomos a que esses entendimentos se realizem às custas do movimento comunista internacional, que a luta revolucionária contra o capitalismo e o imperialismo seja abandonada em prol de um "Espírito" pacífico qualquer.

Em terceiro lugar, temos de lembrar que não é de hoje que a POLÍTICA OPERÁRIA defende essas posições, formuladas desde as discussões preliminares nos primórdios de sua formação. Se a revolução cubana confirmou as nossas teses sobre o caráter da revolução latino-americana, as críticas chinesas à aplicação da "coexistência pacífica" em escala mundial nos demonstram que também nesse terreno não estamos sozinhos. Como não estamos sozinhos na luta pelo restabelecimento dos ensinamentos de Marx e de Lênin, como ponto de partida indispensável para um desenvolvimento da teoria e da prática revolucionária. Essa luta se trava hoje mundialmente, tanto em Pequim como em Santiago do Chile; tanto em Havana, como nos subúrbios operários de Paris e na Universidade de Moscou; na revista de Sweezy, como nas colunas da POLÍTICA OPERÁRIA: é a nova Internacional dos leninistas que está a vir.

A simultaneidade desse fenômeno nos revela que as sementes plantadas pelos revolucionários do tempo de Lênin não se perderam. Elas deram frutos nas terras mais antigas e nas mais novas do mundo. Mas é justamente a variedade das colheitas que impede que elas fiquem à mercê de um só cultivador. Quando falamos de uma nova Internacional de leninistas, não temos em mente um centro que exerça uma tutela sobre o resto. Essa doença infantil mataria hoje qualquer movimento vivo. O restabelecimento do marxismo-leninismo militante depende atualmente da capacidade criadora dos seus porta-bandeiras, que têm a sua contribuição a dar, e só a podem dar na luta de classe. É à base dessas contribuições vivas que se formará a nova linha de solidariedade internacional do proletariado.

E. M.

(Escrito por Erico Sachs; publicado originalmente na Revista Política Operária nº 7, outubro de 1963, sob o pseudônimo de E.M.). Incluído na coletânea "Conquistas e impasses do socialismo", CVM, Rio de Janeiro, 2011.)